

PROJETO AÇAÍ: FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM RONDÔNIA

AÇAÍ PROJECT: INDIGENOUS TEACHERS EDUCATION IN RONDÔNIA STATE

Darbi Masson Suficer*

Resenha

VENERE, Mario Roberto. **Projeto Açaí**: uma contribuição à formação dos professores indígenas no estado de Rondônia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 204 p. (Série Temas em Educação Escolar n. 27)

Em *Projeto Açaí: uma contribuição à formação dos professores indígenas no estado de Rondônia*, o professor Mario Roberto Venere sintetiza muitas das dificuldades experienciadas para a efetivação de uma educação escolar indígena, desde o estabelecimento de um enquadramento legal, até o escasso financiamento e pouco interesse público. Criado em 1998 pela Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, o Curso de Formação de Professores para o Magistério Indígena Nível Médio, denominado Projeto Açaí, foi elaborado para o atendimento das séries iniciais do ensino fundamental em escolas situadas em terras indígenas.

Com três décadas de atuação na educação básica e superior de Rondônia, Venere apresenta em sua introdução os percalços burocráticos presentes na pesquisa documental junto aos órgãos públicos, o jogo de empurra-empurra e os excessos da burocracia estatal que dificultam o trabalho do pesquisador. Trata-se de algo recorrente na pesquisa brasileira, principalmente na pesquisa antropológica, como já apontava Arthur Ramos no longínquo ano de 1948 (RAMOS, 2015).

* Realizou pós-doutorado e doutorado em Educação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Contato: darbimassonsuficier@hotmail.com

Tendo participado do Projeto Açaí como observador, o autor aponta se tratar de uma observação assistemática, ou seja, realizada sem planejamento e controle, “como decorrência de fenômenos imprevistos” (p. 23). Apesar dessa ressalva, Venere realiza, como pode ser observado no quarto capítulo do livro, uma antropologia que está longe de ser meramente espontânea, posto que se insere como observador participante junto aos grupos indígenas, dando voz a eles e buscando compreender os resultados, positivos ou não, da implementação do projeto. Para isso, analisa especificamente o período que vai de sua implantação (1998) até 2004.

A pesquisa, um estudo de caso descritivo, utiliza-se de diferentes instrumentos na coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental com a análise da legislação, dos planos de aula e dos currículos elaborados pelos próprios professores participantes do projeto. Além disso, Venere acompanha *in loco* o Projeto Açaí, conversando com agentes do poder público, com lideranças indígenas e com os professores envolvidos. Por isso, o livro é permeado por suas anotações de campo, o que ilustra ao leitor cada fase de seu envolvimento com a pesquisa e com os agentes envolvidos no Projeto Açaí.

O livro é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *Apontamentos sobre a educação escolar indígena no âmbito das políticas públicas nacionais*, o autor faz um balanço das políticas de educação e de currículo diversificado para as escolas indígenas. O autor ressalta que a educação escolar indígena em sua forma institucionalizada deve contribuir para a autonomia dos povos indígenas, tanto em seus aspectos econômicos, quanto políticos, culturas e sociais. Neste ponto, vale destacar que são corriqueiras as reclamações entre os indígenas sobre a contratação de professores não indígenas, acarretadas tanto pelas diferenças culturais (Uma liderança indígena Tupari diz: “[...] é muito diferente do trabalho na cidade o trabalho no campo”, p. 45), como por vínculos de trabalho precário. A imposição de um currículo também é ressaltada como uma forma de dominação cultural, no mesmo sentido de Silva (2002).

No segundo capítulo, *Um breve histórico da educação escolar indígena brasileira e em Rondônia*, o autor faz um balanço histórico da educação escolar indígena do período Colonial aos dias atuais. Para isso, adentra em questões de grande relevância, como as lutas dos indígenas, o direito à terra e os conflitos pela posse e a política indigenista brasileira. Com o apoio de dados estatísticos, Venere sintetiza os aspectos presentes na questão indígena em Rondônia, com destaque para a relação dos diferentes grupos étnicos com o poder público, a interferência de agentes externos, como madeireiros e mineradoras, a reduzida fiscalização e o conseqüente aumento do desmatamento e os conflitos pela posse da terra. Nessa realidade, a criação tardia (1992) de escolas de educação indígena no estado de Rondônia apresenta um grande desafio para gestores públicos e, principalmente, para os povos indígenas que anseiam por isso. Ocorre que, em sua implementação, as escolas indígenas não são vistas em suas especificidades, o que leva a um distanciamento do poder público.

O terceiro capítulo, *O projeto Açaí: a formação de professores indígenas no estado de Rondônia*, apresenta uma análise da construção do projeto e de sua gestão pedagógica. Com uma grande heterogeneidade, constituída de 32 povos e 26 línguas, a educação escolar indígena era oferecida (2008) em Rondônia para aproximadamente três mil alunos. Com a criação do Projeto Açaí pelo governo do estado em 1998 buscou-se “habilitar docentes leigos” (p. 81) para a atuação nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas localizadas em terras indígenas. No período entre 1998 e 2004 o Projeto Açaí atendeu 126 professores indígenas que “atuavam, formal ou informalmente, em suas aldeias” (p. 88) e que eram provenientes de 34 diferentes etnias indígenas.

Conforme apresentado por Venere (p. 94), a matriz curricular do ano de 2004 contava com três eixos principais: Linguagens e Códigos, Cultura, Sociedade e Natureza e Pedagogia Indígena. Por isso, destaca o autor (p. 96): “Um dos aspectos relevantes da matriz curricular refere-se à introdução do eixo de cultura indígena, privilegiando, dessa maneira, uma política de valorização das culturas indígenas nos contextos escolar e não escolar, fundamentada na

realidade sociolinguística de cada povo”. Apesar disso, o pesquisador aponta que nem sempre os currículos desenvolvidos são condizentes com a realidade e a diversidade dos povos indígenas, como, por exemplo, no estabelecimento do calendário das aulas, que não seguem as tradições e costumes locais. Dentre os frutos do Projeto Açaí, está a produção, ainda que ocasional, de materiais didático pelos professores com base em suas culturas. Um dos pontos negativos que Venere observou foi que, nas escolas, além da atividade docente, os professores indígenas ficaram responsáveis pela gestão, merenda e limpeza; tal fato continuava sendo motivo de descontentamento entre os professores indígenas.

No quarto capítulo, *O Projeto Açaí na percepção dos sujeitos envolvidos: os professores indígenas, as lideranças indígenas e os executores do projeto*, Venere sintetiza o material coletado junto a 31 professores indígenas provenientes de 16 diferentes etnias e entrevista um dos executores do projeto. Ainda que não seja um trabalho explicitamente antropológico, Venere faz a sua observação participante junto aos pesquisados com o olhar do antropólogo, da alteridade respaldada por três décadas de experiência no estado de Rondônia, como educador e como fotógrafo.

Os extensos relatos dos professores em formação no Projeto Açaí atestam uma realidade com diversos dificultadores sociais e pedagógicos, como o acompanhamento pedagógico limitado a poucos encontros anuais e a precariedade das escolas (locais improvisados, carência de material didático, dificuldade em se comunicar a distância com os gestores por falta de equipamentos, dentre outros.

Venere (p. 117-8) observa que:

O Projeto Açaí, portanto, não se tornou apenas um espaço de formação de professores indígenas, mas de manifestações sobre a questão indígena em geral – cultura, tradições, demarcação de terras, relações entre índios e não índios, garimpo, atividades agropastoris em terras de reserva, invasões, violência etc. - além, evidentemente, dos problemas das escolas das aldeias, desde as práticas pedagógicas até o material didático e as relações com as comunidades. Também fez emergir a problemática relação entre professores e escolas

onde atuam, bem como as instâncias decisórias e órgãos gestores do Projeto.

Neste sentido, os contextos das próprias comunidades indígenas também são ressaltados. Um exemplo apontado pelo autor é a cobrança que recai sobre o professor no interior de suas comunidades, pois acabam sendo responsabilizados pelas atividades de apoio, como a limpeza das escolas e “o transporte da merenda escolar da cidade até a aldeia, o que demonstra certa confusão por parte das próprias lideranças indígenas sobre o que é e o que não é tarefa específica de seus professores” (p. 156).

Outro aspecto de resistência por parte das comunidades indígenas à presença de agentes externos de suas comunidades se deve ao histórico de iniciativas de integração executadas de forma forçada, muitas vezes com o objetivo de acessar as terras para a sua posse, o desmatamento e, mesmo, a exploração dessas comunidades. Neste sentido, aponta Silva (2019, p.322): “Historicamente, a introdução da escola entre os povos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e de negação de identidades diferenciadas, por meio de diferentes processos, como a catequização e a integração forçada dos índios à ‘comunhão nacional’”.

A pesquisa de Venere, ao dar voz aos professores atendidos pelo Projeto Açaí, constata alguns dos aspectos que dificultam a escolarização formal dos povos indígenas no estado de Rondônia, como as dificuldades com a língua portuguesa (muitas vezes é a única língua utilizada nas aulas), a escassez de materiais didático-pedagógicos adaptados ou próprios para os povos indígenas, as grandes distâncias e a ausência de um acompanhamento pedagógico efetivo. Mesmo em relação a tais problemas, destaca-se que o Projeto Açaí, conforme fala dos próprios professores: “[...] contribuiu como um espaço de afirmação da alteridade e da identidade indígena, verificável na organização dos planos de aula pelos próprios professores durante o curso, bem como uma proposta curricular em que as disciplinas acolhiam temas relacionados com o cotidiano das aldeias” (p. 174). Mesmo com os percalços, vale ressaltar no interior do Projeto a utilização de um calendário escolar que

respeita os costumes de cada um dos povos participantes e a elaboração de projetos políticos pedagógicos com a participação das comunidades indígenas.

Venere conclui que é necessário construir um modelo de gestão escolar indígena, que atenda às necessidades particulares de cada povo e que não entre em confronto com as diretrizes da educação brasileira. O autor também ressalta a necessidade de recursos (humanos, materiais e financeiros) para que a educação escolar indígena atenda de forma satisfatória os povos indígenas. Apesar das dificuldades em sua execução: “o projeto pode ser considerado um grande avanço para que os professores indígenas tenham uma atuação mais condizente com a realidade das escolas das aldeias” (p. 173). As vozes e as reflexões dos professores indígenas coletadas pelo autor são de grande importância para o desvelamento dos aspectos que dificultam a efetivação de uma educação escolar indígena que atenda o princípio de uma educação para todos.

REFERÊNCIAS

RAMOS, Arthur. Os grandes problemas da antropologia brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 195-212, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000100195&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2020.

SILVA, José Alessandro Cândido da. Políticas de educação escolar indígena no Acre. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 321-338, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000500321&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Recebido em: 03/04/2020

Aprovado em: 20/07/2020